



08, 09, 10 e 11 de novembro de 2022
ISSN 2177-3866

A Organização das Margens da Cidade e os Campos de Concentração: O Nexo Histórico das Ruínas

CARLOS CESAR DE OLIVEIRA LACERDA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

ANA SILVIA ROCHA IPIRANGA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ (UECE)

ULF THOENE
UNIVERSIDAD DE LA SABANA

A Organização das Margens da Cidade e os Campos de Concentração: O Nexó Histórico das Ruínas

1. Introdução

Neste trabalho consideramos a cidade enquanto organização, transcendendo as barreiras de análise organizacional para além do aspecto institucional e da racionalidade formal. Dessa forma, incluindo discussões sobre diferentes formas organizativas que se distanciam de modelos hegemônicos e que, ao mesmo tempo, emergem da realidade que organiza a vida social e cotidiana (Saraiva & Carrieri, 2012). É nesse contexto, que delineamos nossa pesquisa sobre o organizar da cidade, onde adotamos como unidade de reflexão o processo de formação histórica das margens da cidade de Fortaleza-CE para problematizar a cidade de hoje.

Na cidade de Fortaleza, para além da urbe turística representada nos canais publicitários, observa-se também características que demonstram espaços marcados por vulnerabilidades oriundos de diferentes processos históricos de marginalizações urbanas. Segundo o Índice de Gini que afere o grau de concentração de renda de um grupo, em 2020, Fortaleza foi considerada a 5ª cidade do país com maior desigualdade de renda apresentando um índice em 0,675, onde o valor um (ou cem) está no extremo oposto, no qual uma só pessoa detém toda a riqueza (Salata & Ribeiro, 2020). Dados também confirmados pelo relatório das Nações Unidas “*State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide*” que considera Fortaleza como a quinta cidade mais desigual nesse processo. Alguns autores discutiram estas questões relacionadas a fragmentação socioespacial da cidade de Fortaleza, enfatizando um processo de transformação histórica e modernização da cidade em busca do progresso. Assim, na cidade de Fortaleza diferentes processos organizativos foram significantes para a emergência de pelo menos duas cidades fragmentadas em uma só, sustentando o argumento de uma “cidade partida” por meio dos efeitos da sua própria urbanização: de um lado a zona leste, com um significado de progresso e modernidade “pra turista ver” e do outro lado a zona oeste, como pobre e miserável “pra o povo viver” (Cordeiro & Menezes, 2001; Maricato, 2000). Baseando-se em uma lógica econômica, esses processos potencializaram um paradoxo urbano, evidenciando questões relativas a uma organização capitalista da cidade, por meio da gentrificação, segregação e exclusão social, associados à produção de uma cidade fragmentada entre as suas margens (Silva, Pereira & Costa, 2018; Wacquant, 2014).

Outros estudos evidenciaram que a formação das margens da cidade de Fortaleza é frequentemente relacionada aos persistentes períodos de estiagens da região, assim como os consequentes processos de migrações da população do interior do estado do Ceará para a capital. Esses eventos marcaram os anos de 1877 e se intensificaram nos anos de 1915 e 1932, períodos esses em que a cidade vivia o auge das políticas governamentais higienistas inspiradas pelo movimento europeu da Belle Époque (1850-1925). A cidade de Fortaleza se embelezava com a construção de praças, ruas largas, avenidas limpas e iluminação pública, conforme o planejamento urbano inspirado por Georges-Eugène Haussmann (1809-1891), referência na história do urbanismo e modelo para a transformação das cidades (Castro, 2010; Neves, 2001; Ponte, 2001).

Para conter as ondas migratórias de centenas de refugiados das estiagens, foram organizadas então as políticas governamentais de confinamento, por meio da criação dos assim denominados campos de concentração¹. Esses espaços em tempos idos eram alojamentos improvisados pelo estado, instalados estrategicamente nas rotas da migração e que serviam para

¹ A terminologia “campos de concentração” carrega uma carga histórica que nos remete aos campos de extermínios nazistas durante o Holocausto, na Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Entretanto, no contexto do estado brasileiro do Ceará, essa mesma terminologia foi utilizada de forma mais branda, ainda que igualmente violenta, para se referir as práticas de confinamento de refugiados que migravam do interior do estado para a cidade de Fortaleza, tendo ocorrido, até mesmo antes da Segunda Guerra, entre os anos de 1915 e 1932 (Rios, 2014).

abrigar compulsoriamente os migrantes das estiagens. Algumas ruínas dos campos de concentração ainda resistem atualmente em determinadas regiões do estado do Ceará como é o caso do campo de concentração do Patú, instalado em 1932 na cidade de Senador Pompeu, microrregião do sertão cearense (Neves, 1995; Rios, 2014).

Essas construções históricas sobre a existência dos campos de concentração no Ceará e que tiveram como narrativa “oficial” garantir o progresso da cidade de Fortaleza, nos levaram a refletir sobre as ideias de “ruína” e também de “progresso”, apresentadas nas teses “Sobre o Conceito de História” de Walter Benjamin (2016). Adorno (2012) afirmou que Walter Benjamin escreveu as teses para servir de base a uma introdução acerca das questões epistemológicas, que surgiram no ensaio Teoria do Conhecimento, Teoria do Progresso (Benjamin, 2018, pasta N) que ocupam uma posição central de um de seus mais famosos trabalhos que trata sobre o tema da cidade: o livro “Passagens” (2018). Benjamin (2018) considerou que os conceitos de “progresso” e de “ruína” são dois lados de uma mesma moeda, onde a construção histórica revelaria no “pequeno momento individual o cristal do acontecimento total” (p. 765).

Diante do exposto, este trabalho questiona: como ocorreu o organizar das margens da cidade de Fortaleza? Ao considerar esta questão, essa pesquisa defende a proposição da existência de um nexos histórico que atuou/atua na fragmentação espacial da cidade, organizando as margens urbanas de Fortaleza por meio das ruínas, representadas neste estudo pelos campos de concentração. Nosso objetivo foi, portanto, compreender, sob o ponto de vista histórico, como ocorreu o organizar das margens da cidade de Fortaleza. Em termos teóricos, o trabalho encontra-se na conjunção entre as discussões sobre a cidade nos estudos organizacionais (Mac-Allister, 2004; Fischer, 1997) e a abordagem da história na administração (Clark & Rowlinson, 2004) que se apoiou, entre outros autores, nos conceitos de Walter Benjamin (1892-1940), formulados em suas célebres teses “Sobre o Conceito de História” (2016), publicadas originalmente em 1940.

Após esta introdução, o próximo tópico será destinado a discutir sobre os estudos organizacionais históricos e também da cidade. Em seguida se apresentam os procedimentos metodológicos que norteiam a pesquisa, seguidos dos tópicos das análises, discussões dos resultados e considerações finais do trabalho.

2. Os Estudos Organizacionais Históricos e da Cidade: O Nexos da Ruína

Foi a partir de um marco teórico crítico por mais história na administração, em particular nos estudos organizacionais que Clark e Rowlinson (2004) discutiram o tratamento da história rumo a uma virada histórica (*historic turn*) que estabelece uma aproximação entre história, historiografia e ciências sociais, mostrando que as práticas de gestão também devem se situar historicamente. O *historic turn* é um convite para questionar as abordagens hegemônicas que envolvem teorias e métodos, indo além das perspectivas lineares e longitudinais, ao considerarem diversas dimensões como fontes históricas no contexto das organizações (Booth & Rowlinson, 2006).

A abordagem histórica passou a ter mais notoriedade a partir do trabalho pioneiro de Zald (1993) que demonstrou como objetos estão historicamente situados nas ciências sociais, sugerindo uma interdisciplinaridade entre as áreas. Após isso, a abordagem da história na administração vem sendo problematizada em diferentes temas e por diversos autores nacionais e internacionais (Bowden, 2020; Brunninge, 2009; Cooke, 2003; Cooke & Alcadipani, 2015; Durepos, Shaffner & Taylor, 2021; Maclean, Harvey & Clegg, 2016; Üsdiken & Kieser, 2004; Carneiro & Barros, 2017; Vizeu, 2010; Carneiro, 2016; Fontoura, Alfaia & Fernandes, 2013; Wanderley & Barros, 2019; Costa & Wanderley, 2021).

Nesse contexto, Booth e Rowlinson propuseram na chamada inaugural do *Management & Organizational History*, em 2006, uma ampla agenda de pesquisas com dez itens para

avançar nos estudos que articulem abordagens históricas. Observando os pontos da citada agenda, particularmente o de número três intitulado: “A filosofia da história e teóricos históricos”, os autores destacaram o trabalho de vários filósofos da história, cujas abordagens poderiam ser articuladas aos temas de interesse da administração. No entanto, observa-se que entre esses teóricos não foi citado o teórico Walter Benjamin e o seu ensaio “Sobre o Conceito de História” (2016), indicando uma provável lacuna teórica na qual a problematização do presente artigo se insere.

Essas questões nos motivaram a realizar um mapeamento da literatura pertinente na busca de compreender os itinerários de pesquisa em Walter Benjamin no contexto dos estudos organizacionais. Após este mapeamento foi constituído um portfólio bibliográfico contendo 48 trabalhos, onde apenas sete articulavam perspectivas benjaminianas na área dos estudos organizacionais, sobretudo, quando relacionado ao tema da organização de cidades. Nesse contexto algumas oportunidades de pesquisa emergiram, como por exemplo, a articulação de conceitos de Walter Benjamin nos estudos organizacionais históricos sobre a cidade.

As teses benjaminianas “Sobre o Conceito de História” (2016) têm o objetivo de tecer críticas à um historicismo conservador na nascente modernidade capitalista que pontua uma perspectiva histórica dos vencedores (Löwy, 2005). Para Benjamin (2016), o historicismo propõe a imagem eterna do passado e seus conceitos problematizam o contínuo da história ao criticar categorias como “totalidade” e “progresso”, se libertando das forças presas ao “era uma vez” no “bordel do historicismo” (Benjamin, 2016, p. 19).

Tendo por base o objetivo dessa pesquisa, nós percorremos um itinerário que problematizasse as intenções benjaminianas relacionadas as ideias de “ruína” e “progresso”. Essas ideias foram referenciadas, sobretudo, na nona tese na qual Benjamin (2016) descreve o “Anjo da História”:

Há um quadro de Klee intitulado *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de qualquer coisa que olha fixamente. Tem os olhos esbugalhados, a boca escancarada e as asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Voltou o rosto para o passado. A cadeia de fatos que aparece diante dos nossos olhos é para ele uma catástrofe sem fim, que incessantemente acumula **ruínas sobre ruínas** e as dispersa aos nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e reconstruir, a partir de seus fragmentos, aquilo que foi destruído. Mas do paraíso sopra um vendaval que se enrodilha nas suas asas, e que é tão forte que o anjo já não consegue fechar. Esse vendaval arrasta-o irresistivelmente para o futuro, a que ele volta as costas, enquanto o amontoado de ruínas à sua frente cresce até o céu. Aquilo a que chamamos o **progresso** é este vendaval (Benjamin, 2016, p. 14).

A ideia de “ruína” confronta as teorias da história e interroga o “progresso” ante a situação de destruição, revelando os episódios do declínio da história enquanto uma acumulação de ruínas. Essa versão não trata da história triunfalista ou oficial, aquela contada pelos vencedores, mas da história do sofrimento humano, em contraste com a história linear e progressista (Benjamin, 2016; Oliveira, 2012; Rouanet, 1990; Schlesener, 2011).

A concepção de ruínas já foi discutida por diferentes autores e atualmente se retoma essa ideia para enfatizar a presença generalizada de ruínas nas cidades modernas e neoliberais (Brown, 2019; Dillon, 2011; Hell & Schonle, 2010). Uma ruína como fragmento é frequentemente mais carregada de significado do que quando fazia parte de um todo. Por meio do afastamento que o tempo manifesta, os fragmentos e os estilhaços podem manifestar significados que o todo original pode ocultar. A ideia de ruína se relaciona com a questão dos silêncios e esquecimentos ao argumentar que existe uma tensão entre a ruína no espaço temporal, com suas ausências claramente presentes (Eiland & Jennings, 2014; Oliveira, 2012).

No artigo “*Ruin and Organization Studies*”, De Cock & O’Doherty (2016) discutem o conceito de ruína nos EOR, enfatizando as possibilidades de uma aprendizagem sobre o

passado, enquanto resistência no tempo e no espaço. A ruína é uma prática de resistência, estando repleta de memórias improvisadas que remetem a outras histórias, trazendo à consciência histórias desconexas dos esquecidos que assombram as narrativas oficiais relacionadas, por exemplo, aos processos do organizar entre os centros e as margens das cidades. Nesse sentido, as teses de Benjamin (2016) nos ajudam a reconhecer as possibilidades de um passado, visando compreender a organização das cidades, assim como repensar rotas alternativas para aqueles que são treinados para administrá-las (De Cock & O'Doherty, 2016; De Cock, O'Doherty & Rehn, 2013; Srinivas, 2013).

No transcurso do processo da administração de um determinado território da cidade (Mac-Allister, 2004; Fischer, 1997), observa-se que as margens urbanas se organizam a partir de um *modus operandi* acionado e praticado pela burocracia estatal sobre populações, grupos ou corpos. Das e Poole (2004) colocaram que as margens urbanas são fronteiras que caracterizam um organizar complexo de fenômenos múltiplos, indo além de uma mera demarcação geopolítica, produzindo efeitos práticos e narrativos sobre populações tidas como às margens do poder estatal e da lei.

Os autores exploraram a ideia de exceção, para afirmar que as práticas do estado de exceção se situam, simultaneamente, dentro e fora da lei, se organizando como uma regra e se fazendo parte da vida cotidiana das populações marginalizadas. As ações dos aparatos legais e suas infraestruturas nas margens são governadas pelo uso da vigilância e violência, sancionadas pelo estado a um alto custo para a população. O estado, enquanto dispositivo encravado na vida cotidiana, se produz ao reproduzir suas margens. E nesse contexto, o organizar dos processos urbanos de marginalização se baseiam em diferentes histórias de exceções (Agamben, 2003; Das & Poole, 2004; Gomes, 2019; Wacquant, 2014).

3. Trilha Metodológica: Uma Pesquisa Histórica

O objetivo do estudo nos direcionou para uma pesquisa de caráter histórico, por meio do qual foi constituída uma coleção de arquivos documentais (Barros, 2016; Carter, 2006; Decker, 2013). Na concepção de Stoler (2002), os documentos são considerados sujeitos ativos na construção da memória coletiva, sendo resultantes de relações de poder, tornando os arquivos documentais capazes de silenciar ou dar voz a determinados acontecimentos ao desvelar a vivência de uma rede composta de desvios, sobretudo, considerando ainda as suas relações com o lugar social onde determinado documento histórico foi disponibilizado (Certeau, 1988; Barros, 2016).

Seguindo essas concepções foi constituída a coleção de arquivos históricos com base em algumas etapas (Decker, 2013), entre elas: i) mapeamento e levantamento das fontes arquivísticas; ii) seleção e montagem final da coleção da pesquisa por meio da constituição de uma rede de documentos; iii) observações e interrogações, entrecruzamento e estabelecimento de relações, descrição, análise e interpretação desse material histórico. A coleção de arquivos documentais da pesquisa foi construída por meio de materiais que apresentaram conteúdos históricos relevantes, com profundidade e que conteve uma diversidade de vozes e relações (Barros, 2016). Os excertos de matérias jornalísticas se tratam de documentos das datas referentes aos fatos históricos, bem como reportagens mais contemporâneas que se remetem aos tempos idos da história e foram invocados ao longo da narrativa.

Dessa forma, foram consultados diferentes documentos, dentre eles, jornais de tempos idos, fotografias, relatórios, documentários e reportagens, bem como consultas em acervos bibliográficos através de bases de dados que retratam a história da cidade de Fortaleza e do Ceará como artigos, livros, teses e dissertações, disponibilizados em acervos públicos digitais (*on-line*) e também físicos. Ao final, foram contabilizados um total de 193 arquivos documentais (Quadro 1) que organizaram a coleção documental da presente pesquisa.

Quadro 1: Coleção de arquivos documentais da pesquisa

Geral	Coleções	Acervos	Quantidade	Fontes
Organização da Coleção Documental da Pesquisa (193)	1. Coleção dos Documentos Históricos (135)	1.1. Acervo da Hemeroteca Digital	35	Jornal A República Jornal Pedro II Jornal Cearense Jornal O Besouro Jornal A Lucta Jornal Nação Jornal A Razão Jornal Gazeta do Norte: Órgão liberal
		1.2. Acervo Jornal Diário do Nordeste	21	Do próprio acervo
		1.3. Acervo Digital de Fortaleza	09	Do próprio acervo
		1.4. Acervo do DNOCS	03	Do próprio acervo
		1.5. Acervo Portal Fortaleza Antiga	19	Do próprio acervo
		1.6. Acervo Portal Fortaleza Nobre	10	Do próprio acervo
		1.7. Acervo Jornal O Povo	05	Do próprio acervo
		1.8. Acervo Portal História do Ceará	14	Do próprio acervo
		1.9. Acervo do Centro de Defesa dos Direitos Humanos Antônio Conselheiro (CDDH-AC)	06	Do próprio acervo
		1.10. Acervo do NUDOC/UFC	01	Do próprio acervo
		1.11. Acervo do Arquivo Nacional	08	Do próprio acervo
		1.12. Acervo da Revista do Instituto do Ceará	04	Do próprio acervo
	2. Coleção dos Documentários (8)	2.1. Acervo YouTube	08	Do próprio acervo
	3. Coleção da Bibliografia (50)	3.1. Acervo Base de Dados	41	Portal Periódicos Capes Google Acadêmico
		3.2. Acervo Bibliotecário do Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da UFC	09	Do próprio acervo

Fonte: Elaborado pelos autores (2021)

O processo de análise foi realizado à luz da historiografia por meio de um conjunto de procedimentos relacionados a “escrita da história” segundo Michel de Certeau (1988). Esse processo iniciou-se desde o mapeamento e coleta dos documentos por meio da estratégia orientada de separar, reunir, transcrever, fotografar, entrecruzar e produzir sentidos até a

observação documental aprofundada. Essas operações se definiram em dois momentos: (i) ao que se relaciona com a realidade por meio do fato histórico em si; (ii) e ao que se baseia na relação da história com base em uma razão contemporânea (Certeau, 1988, p. 73). Dentro dos acervos, diferentes seleções e refinamentos de buscas foram realizados a partir de critérios como: “filtros de períodos”, “anos” e “palavras-chave” relacionada a problemática dessa pesquisa. A organização do material documental final foi importada para pastas de arquivos e em seguida foi realizado um tipo de catalogação sistemática dos documentos finais. Nesse processo, considerou-se que a escrita da história é o “fazer história” enquanto uma “prática histórica” (Certeau, 1988, p. 6), onde a interpretação da coleção produzida foi articulada com base em um “lugar social da operação científica e quando institucional e tecnicamente ligada a uma prática do desvio, com relação aos modelos culturais ou teóricos contemporâneos” (Certeau, 1988, p. 86).

A operação histórica teve, portanto, um efeito duplo: (i) por um lado, historicizou o atual, ao presentificar uma situação vivida, explicitando “a relação de uma razão reinante com um lugar próprio”, gerando simultaneamente, a diferenciação de um presente e de um passado; (ii) por outro lado, a imagem do passado representou “aquilo que falta”, remetendo a uma ausência e introduzindo também “a falta de um futuro” (Certeau, 1988, p. 85). Portanto, a escrita da história desse estudo se produziu nestes interstícios, organizando um conjunto coerente de “unidades de compreensão” temporalizadas que operou transformações ao revelar as “lições da história” (Certeau, 1988, p. 85).

4. Uma Historiografia a ser Contada sobre o Organizar das Margens de Fortaleza

As primeiras pistas documentais nos levaram a história que se inicia no Período Imperial com D. Pedro II (1840-1889). Nas estiagens conhecidas como a “grande seca” ocorridas entre os anos de 1877-79, D. Pedro II implementou um conjunto de projetos de engenharia, visando a construção de barragens e açudes, como o de Cedro, localizado na cidade de Quixadá na região central do estado do Ceará. Nesse período foram organizadas as primeiras construções de confinamento conhecidas como os abarracamentos (Jornal Pedro II, 7 de novembro de 1878). Os abarracamentos (Figura 1) foram caracterizados como um conjunto de choupanas que, de forma improvisada e precária, eram construídos pelos próprios migrantes nas proximidades de obras públicas em andamento, tais como açudes, estradas e vias férreas (Acervo Portal História do Ceará, 1879) e tiveram início no mandato de João José Ferreira de Aguiar (1810-1888), presidente da província do Ceará entre os anos 1877-1878.

Figura 1: Abarracamento de uma das famílias dos flagelados em 1877



Fonte: Acervo Digital de Fortaleza (1920)

Os abarracamentos eram instalados em espaços isolados e longínquos do centro da cidade, para que “os ares maléficos exalados e as doenças que neles porventura houvesse não fossem transmitidas à população da cidade de Fortaleza” (Costa, 2004, p. 67). Dos doze “abarracamentos” construídos nas estiagens de 1877 (Souza, 2015), alguns foram desativados imediatamente com o arrefecimento das estiagens, permanecendo apenas os da localidade de Tijubana e o de Jacarecanga (Jornal O Besouro, 20 de julho de 1878). A prática governamental de confinamento por meio dos abarracamentos durou até o final da assim conhecida “grande seca” em 1879 (Jornal Cearense, 16 de janeiro de 1879).

Durante o período das estiagens ocorridas entre os anos de 1915-1916 e de 1932-1933 se sucederam novos deslocamentos migratórios provocando o salto da população da cidade de Fortaleza de 20 mil para cerca de 130 mil pessoas (Jornal A Lucta, 5 de janeiro de 1916). E assim como acontecera no período anterior de 1877-1879, o organizar das práticas de confinamento eram necessárias, pois se alardava a repetição dos temores de saques, ocasionados pela invasão dos migrantes no centro da cidade de Fortaleza (Rios, 2014), como indicam os trechos documentais seguir:

“O trem do sertão traz para Fortaleza a primeira grande leva de flagelados, os quais, em verdade, assaltaram os carros em diversas estações” (Revista Instituto do Ceará. Data do fato: abril/1932).

“A cidade começou a se encher de flagelados, que em face da fome que os devora, constituem uma séria ameaça, para a tranquilidade pública” (Jornal O Povo. Data do fato: janeiro/1932).

Nesses períodos as práticas governamentais de confinamento foram atualizadas, sendo pela primeira vez utilizado o termo campo de concentração em 1915 (Jornal A Lucta, 5 de janeiro de 1916). O primeiro campo de concentração foi instalado no bairro Alagadiço, atual bairro São Gerardo, localizado na região oeste da cidade de Fortaleza, chegando a abrigar mais de oito mil pessoas, sob a vigília constante de soldados (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2008). Esse campo de concentração foi construído na gestão do coronel Benjamin Liberato Barroso (1859-1933) que governou o Ceará entre diferentes intervalos durante os anos de 1891 a 1916. Nestes espaços de confinamentos os migrantes eram submetidos a condições sanitárias de extrema precariedade, tendo ocorrido a elevação da curva da mortalidade em comparação com os períodos anteriores, aliada ao crescimento de epidemias: “No campo de concentração dos famintos em Fortaleza, começou a surgir nas crianças, uma epidemia de desintéria, que agora atingia os adultos, chegando a fazer 30 vítimas por dia” (Jornal A Lucta, 5 de janeiro de 1916). Rodolfo Teófilo (1853-1932), um farmacêutico experiente no combate às epidemias urbanas da época, com seu olhar sanitarista, discordou desde o início da prática governamental de confinamento, já prevendo o retorno dos problemas sanitários ocorridos nos confinamentos das estiagens anteriores, afirmando: “a primeira visita que fiz ao campo de concentração do Alagadiço deu-me a certeza de que em breves dias teríamos ali um campo santo” (Teófilo, 1982, p. 87).

O campo de concentração do Alagadiço foi desfeito após o arrefecimento das estiagens de 1915, momento em que eram distribuídas passagens de ônibus para que os migrantes retornassem as suas cidades de origem (Acervo Portal Fortaleza Nobre, 2010). Contudo, o que acontecia era a dispersão dos migrantes nas margens da cidade de Fortaleza para ali se instalarem com suas famílias sem assistência de políticas públicas complementares para moradias, saneamento e outras questões relacionadas (Castro, 2010; Rios, 2014).

Nesses diferentes períodos a cidade se encontrava em um intenso processo de organização e limpeza urbana, de caráter higienista, em prol do “progresso” de uma modernidade nascente (Rios, 2014; Ponte, 2001). Dessa forma, as práticas governamentais de

confinamento se intensificaram no período em que a cidade de Fortaleza vivenciava esse processo de organização urbanística inspirado no movimento conhecido como *Belle Époque* (Campos, 2014). O movimento da *Belle Époque* (1850-1925) foi marcado pelo dito “progresso” que traduzia em termos locais a euforia europeia, sobretudo francesa, com as novidades decorrentes da revolução científica e tecnológica na nascente era moderna (Harvey, 1989). Foram implementadas diferentes práticas de engenharia sanitária que materializava os saberes e poderes reproduzidos por meio de um processo de higienização social e de construção de infraestruturas urbanas. Essas práticas sancionadas pelo estado a um alto custo para as populações migrantes eram baseadas no uso da vigilância e violência constante ao estarem conectadas a dispositivos de exceção. Nesse sentido, o estado, enquanto organização encravada na vida cotidiana, se manteve ao produzir as margens urbanas da cidade de Fortaleza (Agamben, 2003; Das & Poole, 2004; Gomes, 2019; Oliveira, 2013).

Com a persistência das estiagens e atraídos também pelas ofertas de trabalho, em 1932 novas ondas migratórias se sucediam por meio das vias férreas que ligavam as cidades do interior para a capital Fortaleza como menciona as manchetes: “O trem do sertão, chegado com atraso de algumas horas, traz para Fortaleza cerca de 500 flagelados”; “Fortaleza é invadida pela onda faminta” (Jornal O povo, janeiro de 1932). As manchetes jornalísticas (Figura 2) apresentavam a imagem de um retirante que trazia medo e horrores ao restante da população, ao mesmo tempo que a cidade ainda passava pelo culto ao progresso e todo processo de embelezamento da capital e assim, não poderiam receber pessoas consideradas “suja” como os flagelados do sertão.

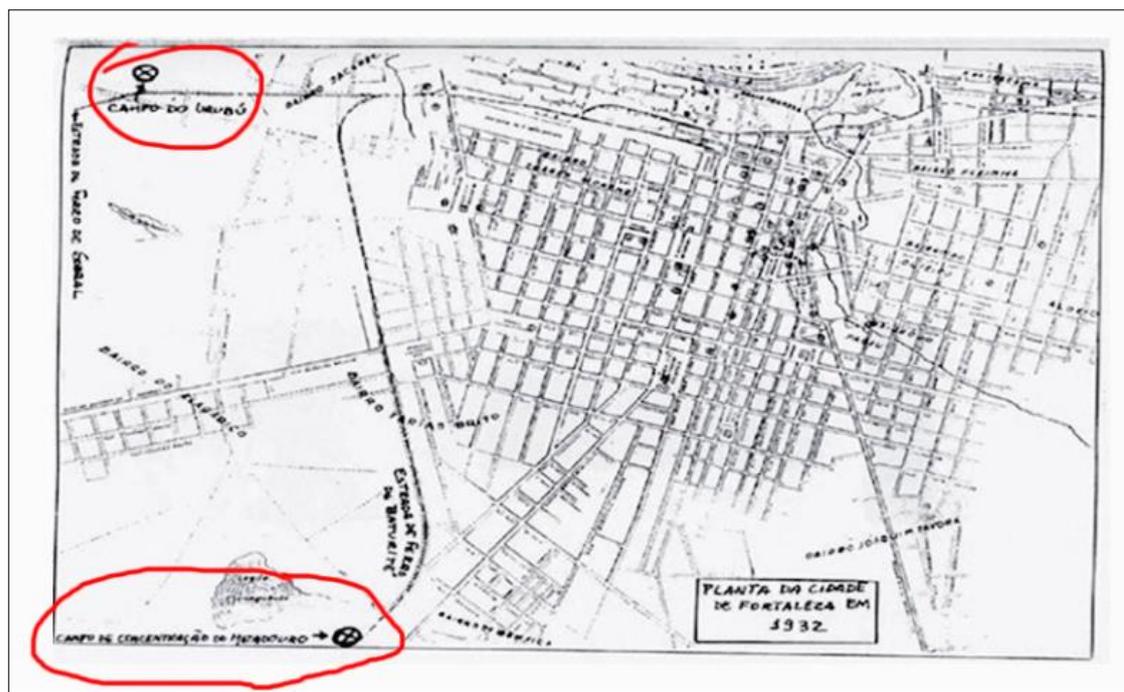
Figura 2: Notícias sobre a chegada dos retirantes na seca de 1932

Fonte: Jornal Nação, 14 de janeiro de 1932

Nas estiagens desse período a prática governamental de confinamento se consolidou ao se expandir para outras regiões do Ceará, com a construção de novos campos de concentração (Jornal O Povo, 16 de abril de 1932; Jornal O Povo, 20 de junho de 1932). Essas novas e velhas práticas governamentais de confinamento, também conhecidas como os “currais do governo” (Neves, 1995), foram repropostas e expandidas no governo do presidente Getúlio Vargas (1882-1954). Em conformidade, o governo do estado do Ceará durante o período de 1930-1945 e, particularmente, na gestão do interventor Roberto Carlos Vasco Carneiro de Mendonça (1894-1946) que ocorreu entre 1931-1934 (Revista da Instituto do Ceará, 1932; Jornal Nação, 14 de janeiro de 1932), estabeleceu dois critérios para a instalação dos novos campos de concentração, sendo estes distribuídos por todo o estado: (i) o critério da localização próxima as vias férreas; (ii) e o critério da oferta de trabalho em obras públicas nas margens da cidade de Fortaleza (Neves, 1995; 2001; Rios, 2014).

Conforme o Jornal A Razão (27 de outubro de 1936) e O Povo (20 de junho de 1932), em 1932 foram organizados sete campos de concentração, dois desses foram instalados nas margens da cidade de Fortaleza: o “campo do Matadouro”, na antiga feira do Matadouro Modelo na região do Tauápe (Otávio Bonfim), onde foram confinados mais de dois mil migrantes e o “campo do Urubu”, no atual bairro do Pirambu, localizado nas margens oeste de Fortaleza (Jornal O Povo, 16 de abril de 1932). A Figura 3 a seguir demonstra um mapa sinalizando como os campos de concentração de Fortaleza foram instalados estrategicamente em espaços separados da cidade, logo nas margens urbanas.

Figura 3: Mapa de Fortaleza em 1932 indicando a localização das concentrações do Matadouro e Urubu



Fonte: Rios (2014)

Outros cinco campos de concentração foram instalados em diferentes regiões no interior do estado do Ceará, nas proximidades das estações ferroviárias, na tentativa de evitar o deslocamento dos migrantes para a capital (Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste, 1933 - Acervo do DNOCS), entre eles: (i) o “campo de Quixeramobim”, localizado na cidade de mesmo nome; (ii) o “campo de Cariús”, que atingiu uma concentração de quase 29 mil migrantes; (iii) o “campo do Buriti”, o maior de todos

localizado na cidade do Crato, chegando a abrigar 60 mil migrantes (Jornal O Povo, 3 de maio de 1932); (iv) o “campo do Ipú” que ficou ativo até março de 1933; (v) e o “campo do Patú”, localizado na cidade cearense de Senador Pompeu, onde atualmente existem ruínas que evidenciam sua existência (Jornal O Povo, 16 de março de 1932). A seguir na Figura 4, observa-se as ruínas de um dos casarões do conjunto arquitetônico situado no “Sítio Histórico do Patú”, que na seca de 1932 foi instalado o campo de concentração do Patú e que foi construído entre 1919 e 1923, sendo denominados de “Vila dos Ingleses” e que serviu inicialmente de moradia e escritório para a construção da barragem do açude do Patú como uma das estratégias de enfrentamento às secas, sendo erguidos pela empresa inglesa Dwight P. Rodinson e Company. Enquanto patrimônio cultural e histórico essas ruínas são documentos e arquivos de memória que apresentam restos de uma história, trazendo em si as marcas e as transformações sofridas ao longo dos tempos, portanto, carregados de memória, significados e simbolismos, tendo “muito mais a revelar do que propriamente esconder”, dessa forma, refletindo sobre as possibilidades de uma aprendizagem sobre o passado, enquanto resistência no tempo e no espaço (De Cock & O’Doherty, 2016). Dessa maneira, cerca de 105 mil migrantes foram confinados nos campos de concentração em todo estado do Ceará (sete campos) durante as estiagens de 1932 (Neves, 1995; 2001; Rios, 2014).

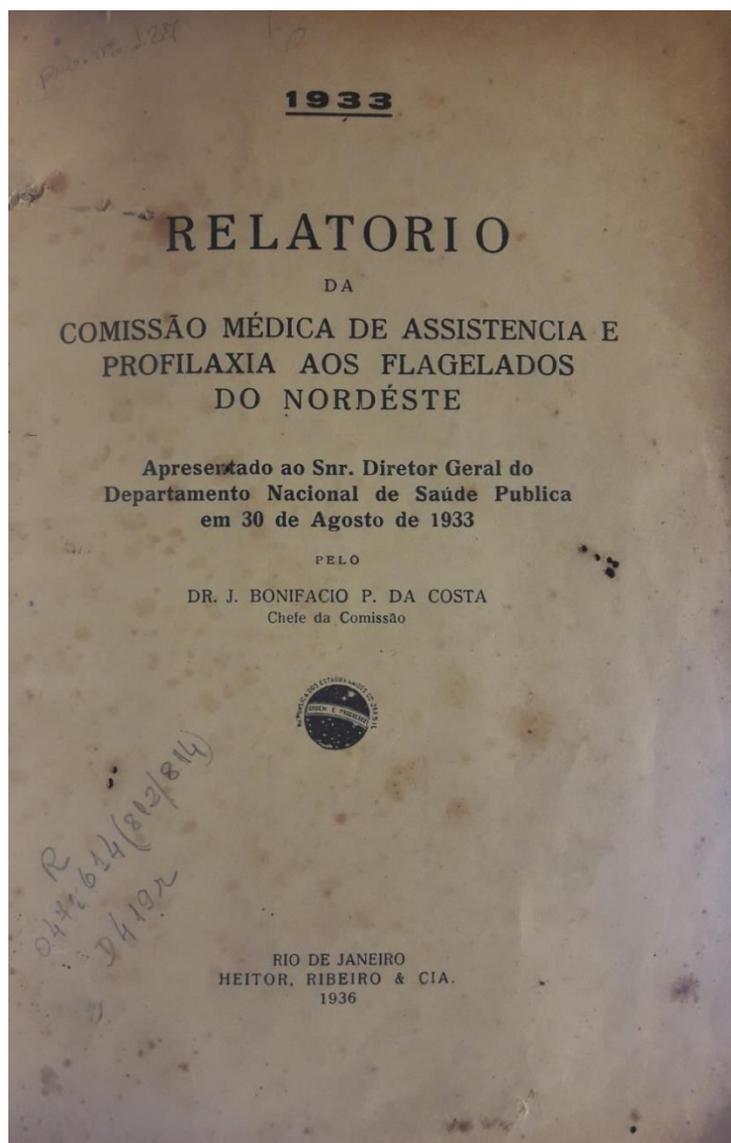
Figura 4: Ruínas do casarão que foi campo de concentração do Patú, Senador Pompeu-CE em 1932



Fonte: Acervo Fortaleza Nobre (2010)

Com o surgimento dos surtos de doenças epidêmicas, em 1932 foram organizadas, pelo então ministro José Américo de Almeida (1887-1980) do Ministério de Viação e Obras Públicas, diferentes práticas de assistências às pessoas contaminadas nos campos de concentração (Rios, 2014). Nesta época o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) implementou a “Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados”, sob a direção do médico José Bonifácio Paranhos da Costa (Figura 5). A organização dessas práticas sanitárias tinha como objetivo fiscalizar as zonas infestadas pelas epidemias, como por exemplo, a de varíola que assolou a região Nordeste no ano de 1932 e determinar medidas de higienização dos campos de concentração (Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste, 1933 - Acervo do DNOCS).

Figura 5: Capa do Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste



Fonte: Relatório da Comissão Médica de Assistência e Profilaxia aos Flagelados do Nordeste, IFOCS (1933) - Acervo do DNOCS (2021)

Entre o período da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) foram organizadas diferentes práticas institucionais de enfrentamento as estiagens. No governo do presidente Nilo Peçanha, entre os anos de 1909 e 1910, foi criada a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS), órgão vinculado ao Ministério de Viação e Obras Públicas. A IOCS foi responsável pelo aproveitamento da mão-de-obra dos migrantes na execução de obras relacionadas às estiagens, além da fiscalização e gestão dos campos, a fim de evitar conflitos e revoltas entre os confinados (Neves, 1995). Em 1919, a então IOCS passou a chamar-se Inspetoria Federal de Obras contra as Secas (IFOCS), através do Decreto 13.687, de 9 de julho de 1919. Desde 1945 até os dias atuais, a então IFOCS foi denominada de Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) através do Decreto 8.486, de 28 de dezembro de 1945, com sede central na cidade de Fortaleza. A finalidade do DNOCS é executar políticas do Governo Federal no que se refere ao beneficiamento de áreas e obras de proteção contra as estiagens, com atuação na região semiárida do nordeste brasileiro. Nestes períodos o DNOCS foi responsável pela organização de diferentes práticas sanitárias de assistências às pessoas contaminadas por surtos epidêmicos,

ocasionados pela precariedade e insalubridade dos confinamentos como demonstrado na figura anterior (Melo, 2014; Pomponet, 2009).

O desfecho da política governamental de confinamento em campos de concentração ocorreu após as primeiras chuvas de 1933, sendo novamente determinado que os retirantes voltassem às suas cidades de origem (Oliveira, 2013; Rios, 2014). No entanto, sem nenhuma assistência, muitos deles se dispersavam nos arredores da cidade de Fortaleza, cenário esse também acontecido nas estiagens anteriores, intensificando em consequência a formação das amplas margens urbanas que ainda hoje organizam a cidade de Fortaleza.

Essa versão da história contada, por exemplo, pelos documentos governamentais do DNSP, IOCS e DNOCS demarcou itinerários que nos conduziram para diferentes compreensões históricas (Benjamin, 2016) ao delinear práticas urbanas de exceção (Agamben, 2003; Das & Poole, 2004). Ainda hoje esses processos urbanos de exceção atuam no organizar das margens de Fortaleza ao se ampliarem pela cidade. No decorrer dos anos foram se organizando nesses espaços as atuais comunidades marginais que compõem diversos bairros a oeste da cidade, como o Cristo Redentor, Barra do Ceará, Moura Brasil e Pirambu que é considerada a maior favela do Ceará e a sétima maior do Brasil, tendo sua formação ocorrida por meio de um processo de urbanização informal, após a desativação do campo de concentração do Urubu que lá existiu em 1932 (Oliveira, 2013). Nesses desdobramentos históricos espaço-temporais, os migrantes deixaram de ser os “refugiados das estiagens” e passaram a serem a população “pobre e excluída” que hoje habita os espaços marginais da cidade de Fortaleza (Rios, 2014).

As histórias ditas “oficiais” nos contaram que as práticas de confinamento visavam conter os fluxos migratórios, sendo consideradas uma boa prática de governabilidade em prol da modernização urbana de Fortaleza. Essa versão da história tinha como objetivo garantir o “progresso” capitalista da cidade por meio do controle dos espaços urbanos. No entanto, o presente estudo interrogou este “progresso”, sob a forma histórica das “ruínas”, atuado pela prática governamental de exceção representada pelas políticas de confinamento em campos de concentração dos migrantes das estiagens. A versão que nos conta a história de promoção do “progresso”, justificando as práticas de exceção dos campos de concentração, ressurgiu em termos retrospectivos como uma decadência em “ruínas”. Essa reconstrução histórica por meio dos fragmentos das “ruínas” dos campos de concentração problematiza esta crença no “progresso”, atribuindo novas significações aos processos de organizar das margens da cidade de Fortaleza (Agamben, 2003; Benjamin, 2016; 2018; Das & Poole, 2004).

5. Considerações Finais

Este estudo questionou a crença no “progresso” da cidade a partir da perspectiva das “ruínas”, representadas por um não-lugar originário de um passado misterioso (Certeau, 1988), relacionado à história das práticas governamentais de exceção de confinamento nos campos de concentração de migrantes das estiagens. A análise dos arquivos históricos mostrou que a organização das amplas margens da cidade de Fortaleza são traduções alegóricas de “ruínas” ao extrair dessa história fragmentos de uma atemporalidade, onde o brilho da modernidade e do “progresso” se extingue ao refletir que a natureza sempre esteve sujeita ao sofrimento (Benjamin, 2016). As tramas historiográficas sugeriram a existência de um nexos histórico que atuou na fragmentação espacial da cidade e na organização de suas margens por meio das práticas de exceção representadas pelas ruínas dos campos de concentração.

Evidenciou-se uma relação entre espaços e tempos simultâneos, atravessando as passagens das margens (in) centro, amparadas por políticas governamentais que configuraram as práticas regulatórias que compõem o próprio estado, caracterizadas como de exceção. Esses processos atribuíram novos significados à organização das margens da cidade de Fortaleza, indicando a impossibilidade de vislumbrar um futuro, enquanto essa crítica ao presente não se

concretizar. Os relatos históricos nos apresentaram “lições da história” no sentido de iluminar as diferentes versões de um passado, visando compreender o presente e imaginar um futuro relacionado aos processos de organização da cidade, bem como repensar caminhos alternativos para aqueles que são treinados para gerenciá-los. Essas questões possibilitaram conhecer um passado de exceção ainda presente, mas como uma prática de resistência, enfatizando considerar as ruínas e os restos da história como umnexo nos processos de organização de uma cidade. Ainda nesse contexto, refletimos igualmente que os relatos historiográficos demonstram que não é de hoje que as práticas e estratégias governamentais têm sido empregadas como recurso que, originalmente comprometidas com os ideais do “progresso” e da “modernização” por meio do combate ao “atraso”, são empregadas como elementos de exclusão e opressão.

Ao compreender essas questões à luz dos estudos organizacionais, problematiza-se sobre como pode ser planejado, construído e organizado um amplo projeto de exclusão de pessoas consideradas atrasadas, sujas e, portanto, indesejáveis, sustentado pelo discurso progressista e que perpassou várias décadas e diferentes governos. Assim, refletimos sobre os aspectos relacionados a gestão e a quem ela serviu no passado, tem servido no presente e a quem servirá no futuro e, sobretudo, contra quem ela se volta. Dessa forma, é relevante pensar sobre as maneiras pelas quais a administração e suas técnicas podem dar as mãos a uma gestão que seja, de fato, inclusiva e considere os efeitos do passado no organizar das práticas atuais e futuras na gestão da cidade. Especialmente, conferindo à urbe um aspecto específico lastreado pela compreensão do passado na construção de espaços marginalizados por meio de saberes que são (re)produzidos periféricamente, portanto contra-hegemônicos.

Nesse sentido, essa reflexão especificaria onde e como o nexohistórico da ruína atuou, atua e poderia ainda atuar na administração de uma cidade ao considerar: i) os resquícios de uma história ainda não contada em espaços - tempos revelados; ii) uma consciência crescente da multiplicidade de forças que se sobrepõem à organização das cidades, inclusive nos atuais tempos de novos e amplos movimentos migratórios ao redor do mundo; iii) a nossa capacidade e vontade de olhar para “todos os cantos da realidade” (De Cock & O’Doherty, 2016), inclusive as margens ou para “os fragmentos do real” (Paes de Paula, 2012), na configuração de mundos possíveis e/ou futuros urbanos imaginados (Anderson, 1983).

Referências

- Adorno, T. (2012). *Correspondência 1928-1940 Adorno-Benjamin*. São Paulo: Editora Unesp.
- Agamben, G. (2003). *Stato di eccezione*. Bollati Boringhieri.
- Anderson, B. (1983). *Imagined communities*. British Library Cataloguing in Publication Data.
- Barros, A. (2016). Archives and the “Archive”: dialogue and an agenda of research in organization studies. *Organizações & Sociedade*, 23(79), 609-623.
- Benjamin, W. (2016). *O Anjo da História (Gsammlte Schriften)*. Belo Horizonte: Autêntica.
- Benjamin, W. (2018). *Passagens*. Belo Horizonte: Editora UFMG.
- Booth, C., & Rowlinson, M. (2006). Management and organizational history: prospects. *Management & organizational history*, 1(1), 5-30.
- Brown, W. (2019). *In the ruins of neoliberalism: the rise of antidemocratic politics in the West*. Columbia University Press.
- Brunninge, O. (2009). Using history in organizations: How managers make purposeful reference to history in strategy processes. *Journal of Organizational Change Management*, 22(1), 8-26.
- Carter, R. G. S. (2006). Of things said and unsaid: power, archival silences, and power in silence. *Archivaria*, 61.
- Carneiro, A. T. (2016). Pode a área de Estudos Organizacionais ser historiográfica? *Farol-Revista de Estudos Organizacionais e Sociedade*, 3(8), 1019-1049.

- Castro, L. (2010). As retiradas para os campos de açudagem na seca “do quinze”. *Revista Historiar*.
- Certeau, M. (1988). *The Writing of History*. New York: Colombia University Press.
- Clark, P., & Rowlinson, M. (2004). The treatment of history in organization studies: towards an ‘historic turn’? *Business History*, 46(3), 331-352.
- Coraiola, D. M., Barros, A., Maclean, M. & Foster, W. M. (2021). História, memória e passado em estudos organizacionais e de gestão. *RAE - Revista de Administração de Empresas*, 61(1).
- Cordeiro, A. C. F. & Menezes, J. A. *Fortaleza de leste a oeste: progresso e beleza ‘pra turista ver’ - encontros com crianças e jovens em Fortaleza*. In: Castro, L. R. (Org.). *Subjetividade e cidadania: um estudo com crianças e jovens em três cidades brasileiras*, 7, Letras, 2001.
- Costa, M. C. L. (2004). Teorias médicas e gestão urbana: a seca de 1877-79 em Fortaleza. *História, Ciências, Saúde-Manguinhos*, 11(1), 57-74.
- Costa, A. S. M., & Wanderley, S. E. P. V. (2021). Passado, presente e futuro de história (crítica) das organizações no Brasil. *Revista de Administração de Empresas*, 61.
- Cooke, B. (2003). The denial of slavery in management studies. *Journal of Management Studies*, 40(8), 1895-1918.
- Cooke, B., & Alcadipani, R. (2015). Toward a global history of management education: The case of the Ford Foundation and the São Paulo School of Business Administration, Brazil. *Academy of Management Learning & Education*, 14(4), 482-499.
- Das, V. & Poole, D. (2004). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press.
- De Cock, C., & O’Doherty, D. (2016). Ruin and organization studies. *Organization Studies*, 38(1).
- De Cock, C., O’Doherty, D. & Rehn, A. (2013). Specters, ruins, and chimeras: Management & Organizational History’s encounter with Benjamin. *Management & Organizational History*, 8(1), 1-9.
- Decker, S. (2013). The silence of the archives: business history, post-colonialism, and archival ethnography. *Management & Organizational History*, 8(2), 155-173.
- Dillon, B. (2011). *Ruins*. London: Whitechapel Gallery.
- Durepos, G., Shaffner, E. C., & Taylor, S. (2021). Developing critical organizational history: Context, practice, and implications. *Organizations*, 28(3), 449-467.
- Eiland, H. & Jennings, M. W. (2014). *Walter Benjamin: A critical life*. Cambridge, MA: Belknap.
- Fischer, T. (1997). A cidade como teia organizacional: inovações, continuidades e ressonâncias culturais Salvador, BA, cidade puzzle. *Revista de Administração Pública*, 31(3), 74-a.
- Fontoura, Y. S. R., Alfaia, L., & Fernandes, A. (2013). A pesquisa histórica em estudos organizacionais no Brasil: uma análise paradigmática e novas perspectivas. *Gestão.org*, 11(1), 83-103.
- Gomes, I. R. P. (2019). Fronteiras na cidade: das margens na margem às margens no centro. *Entrelugar*, 10(19), 177-200.
- Harvey, D. (1989). *The condition of postmodernity*. An Enquiry into the origins of cultural change. Oxford, UK: Basil Blackwell Ltd.
- Hell, J. & Schonle, A. (2010). *Ruins of modernity*. Duke University Press.
- Löwy, M. (2005). *Walter Benjamin: aviso de incêndio - uma leitura das teses "Sobre o Conceito de História"*. Boitempo Editorial.
- Mac-Allister, M. (2004). A cidade no campo dos estudos organizacionais. *Organizações & Sociedade*, 11, 171-181.
- Maclean, M., Harvey, C., & Clegg, S. R. (2016). Conceptualizing historical organization studies. *Academy of Management Review*, 41(4), 609-632.

- Melo, L. A. S. (2014). A história que perpassa a inspetoria de obras contra as secas em 1915 no Ceará. *Revista Cantareira*, 21.
- Neves, F. D. C. (1995). Curral dos Bárbaros: os campos de concentração no Ceará (1915 e 1932). *Revista Brasileira de História*, 15(29), 93-122.
- Neves, F. D. C. (2001). Getúlio e a seca: políticas emergenciais na era Vargas. *Revista Brasileira de História*, 21(40), 107-129.
- Oliveira, E. A. (2012). A ruína e a força histórico-destrutiva dos fragmentos em Walter Benjamin. *Cadernos Walter Benjamin*, 9, 28-39.
- Oliveira, R. N. N. (2013). A cidade e os insubmissos: “vem ver oh! Fortaleza o Pirambu passar”. *Revista de História Bilros*, 1(1), 28-43.
- Paes de Paula, A. P. (2012). *Estilhaços do Real: O ensino da Administração em uma perspectiva benjaminiana*. Curitiba: Juruá Editora.
- Pomponet, A. S. (2009). 100 anos do DNOCS: marchas e contramarchas da convivência com as secas. *Conjunto & Planejamento*, 162, 58-65.
- Ponte, S. R. (2001). *Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controle social*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha.
- Rios, K. S. (2014). *Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932*. Biblioteca de Ciências Humanas.
- Salata, A. R.; Ribeiro, M. G. (2020). *Boletim Desigualdade nas Metrôpoles*. Porto Alegre/RS, n. 01.
- Saraiva, L. A. S.; Carrieri, A. P. (2012). Organização-cidade: proposta de avanço conceitual a partir da análise de um caso. *Revista de Administração Pública*, 46.2: 547-576.
- Souza, J. W. F. (2015). Secas e socorros públicos no Ceará: doença, pobreza e violência (1877-1932). *Projeto História*, 52.
- Silva, R. B.; Pereira, A. Q.; Costa, M. C. L. (2018). Fortaleza e a ocupação do espaço litorâneo no Grande Pirambu. *Geografia (Londrina)*, v. 27, n. 1, p. 47-65.
- Srinivas, N. (2013). The possibilities of the past: Two routes to a past and what they tell us about professional power. *Management & Organizational History*, 7(3), 237-249.
- Stoler, A. L. (2002). Colonial archives and the arts of governance. *Archival Science*, 2, 87-109.
- Teófilo, R. (1982). *A Seca de 1915*. Fortaleza: Editora da UFC.
- Vizeu, F. (2010). Potencialidades da análise histórica nos estudos organizacionais brasileiros. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 50(1), 37-47.
- Wacquant, L. (2014). Marginalidade, etnicidade e penalidade na cidade neoliberal: uma cartografia analítica. *Tempo Social*, 26, 139-164.
- Wanderley, S., & Barros, A. (2019). Decoloniality, geopolitics of knowledge and historic turn: towards a Latin American agenda. *Management & Organizational History*, 14(1), 79-97.
- Zald, M. (1993). Organization studies as a scientific and humanistic enterprise: Toward a reconceptualization of the foundations of the field. *Organization Science*, 4(4), 513-528.